

RECI BO DE RETIRADA DE EDITAL

Referênci a: PROCESSO 027/2022 – TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022

Razão Soci al: _____

CNPJ nº: _____

Endere ço: _____

Ci dade: _____

Estado: _____

Cep: _____

E- Mail: _____

Tel êf one/ Fax: _____

Pessoa para contat o: _____

Recebe mos cópi a do i nstrumento convocatóri o da li ditação aci mã i denti fi cada.

Local _____, ____ de _____ de

Assi nat ura

Sr. Li ditante,

Vi sando à comuni cação fut ura entre este Poder e essa empresa, sdi to que Vossa Senhoria preencha o reci bo de retirada do edit al e remeta a Presidente da CPL, por mei o do e- mail franciscodumontlicitacao@gmail.com

A não remessa do reci bo exi me a Presi dente da CPL da comuni cação de event uai s retifi cações ocorri das no i nstrumento convocatóri o, e de quai squer i nfor mações adi ci onai s.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO 027/2022
TOMADA DE PREÇO 006/2022**

Regido pela Lei nº Lei 8.666/93, por força do Parágrafo Único do Art. 47 da LC 147/2014 aplicar-se-á o Decreto Federal nº 6.204/2007 que "Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal".

Objeto: Contratação de empresa especializada e obra de engenharia para execução de serviços de Construção do Muro e Portal de Entrada do Terreno destinado ao funcionamento do novo Cemitério Municipal de Francisco Dumont, no valor total estimado de R\$ 231.204,48 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e quatro Reais e quarenta e oito centavos).

TOMADA DE PREÇO

DO TIPO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Data: 11/04/2022

Horário: Até às 08h00min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont- MG, Rua Frey Henrique, nº: 99B, Bairro Vila Nova, CEP: 39.387-000, Francisco Dumont- MG
CNPJ sob o Nº: 16.885.485/0001-88
Telefone: (38) 9 9976-5381
E-mail: franciscodumontlicitacao@gmail.com

O Edital poderá ser adquirido direto pelo site <https://franciscodumont.mg.gov.br/> na aba "Licitações".

Horário de Funcionamento: 07h00min às 13h00min.

Portaria Municipal nº
1251/2021 de 13 de
setembro de 2021.

Josina Neves Fonseca
Presidente da CPL

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 027/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG**, por intermédio do Setor de Licitação, mediante **Comissão Permanente de Licitação**, designada pela **Portaria nº 1251/2021, de 13 de setembro de 2021**, do Prefeito Municipal Sr. Eduardo Rabelo Fonseca, torna público aos interessados que fará realizar licitação na **Modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global**, na forma de **execução indireta**, pelo **regime de empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. Até às 08:00 horas, do dia 11 de abril de 2022, na Secretaria Municipal de Compras e Licitações, situado a Rua Frey Henrique, 99B, Bairro Vila Nova, CEP. 39.387-000, em Francisco Dumont/MG, para entrega do Envelope nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta, além das demais condições complementares.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

2.1. Às 08:30 horas, do dia 11 de abril de 2022, na Secretaria Municipal de Compras, Suprimentos e Licitações, situado a Rua Frey Henrique, nº 99B, Centro, CEP. 39.387-000 em Francisco Dumont/MG onde terá início à sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FRANCISCO DUMONT
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)**

**ENVELOPE Nº 2
PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FRANCISCO DUMONT
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)**

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando

para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das dedicações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

2.3. Recomenda-mos as licitantes que pretendem enviar representante para acompanhar o certame, que faça uso de máscara e álcool em gel, como medida preventiva do Covid-19, conforme Decretos Estaduais.

2.3.1. O item anterior não se trata de uma exigência editalícia, mas uma recomendação de prevenção e combate a pandemia do COVID-19.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investida;

3.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

3.3. Os documentos relativos à representação deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação antes da abertura dos envelopes "Documentação" e "Propostas".

3.4 A não apresentação do credenciamento não habilitará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em nome da empresa.

3.5 A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura das Propostas credenciamento representante a partir das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

3.6 Caso a licitante não deseje fazer-se representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar seus envelopes 01 e 02 por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos envelopes diretamente à Comissão Especial de Licitação, na data, hora e local indicados neste Edital.

3.7 O licitante, preferencialmente, deverá providenciar a autenticação de seus documentos em cartório competente. Todavia, de acordo com o art. 32 da Lei nº 8.666/93, a Comissão realizará as autenticações, desde que apresentado o original para conferência.

3.8 Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, indistintamente, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão Permanente de Licitação no endereço: Rua Frey Henrique, 99B, Centro, CEP. 39.387-000, em Francisco Dumont/MG, no Setor de Licitações, além das dedicações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

4. OBJETO

4.1 A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa, usando o critério de menor preço por empreitada global para Contratação de empresa especializada em obra de engenharia para execução de serviços de Construção do Muro e Portal de Entrada do Terreno destinado ao funcionamento do novo Cemitério Municipal de Francisco Dumont, no valor total estimado de R\$ 231.204,48 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e quatro Reais e quarenta e oito centavos), conforme especificações constantes no Projeto Básico – ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária abaixo:

Nº Ficha	Atividade	Descrição	Natureza	Vínculo
554	8.1.1.15.451.49.3051.4 4905100	INVESTIMENTOS, CONSTRUÇÕES E MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA URBANA	Obras e Instalações	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
556	8.1.1.15.451.49.3051.4	INVESTIMENTOS,	Obras e	TRANSFERENCIA

	4905100	CONSTRUÇÕES E MELHORIAS DA INFRA ESTRUTURA URBANA	Instalações	ESPECIAL DA UNIÃO
564	8.1.1.15.451.49.3130.4 4905100	URBANIZAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E PONTES DO MUNICÍPIO	Obras e Instalações	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
565	8.1.1.15.451.49.3130.4 4905100	URBANIZAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E PONTES DO MUNICÍPIO	Obras e Instalações	TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIÃO

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

6.1. Poderão participar desta licitação:

6.1.1. Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.1.2. Será admitida na licitação a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devidamente enquadradas na Lei Complementar nº 123/06.

6.2. Não poderão participar desta licitação:

6.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

6.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão responsável por esta licitação.

6.2.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

6.2.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

6.2.5. Interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

6.2.6. Interessados impedidos de licitar e contratar com o Município de Francisco Dumont, durante o prazo da sanção aplicada.

6.2.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas no artigo 9º da Lei 8.666/1993.

6.2.8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais,

tecnológicos ou humanos e comum, exceto se demonstrado que não age representando interesse econômico comum

6.2.9. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe da sua gestão ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para tratar de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990.

6.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.2.10.1. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

6.2.10.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

6.2.10.3. A licitante cujos sócios, controladores, dirigentes, administradores, gerentes ou empregados sejam servidores do Município de Francisco Dumont.

6.2.11. É vedada a participação, de forma direta ou indireta, de servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

6.2.11.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.2.11.2. O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. As licitantes não cadastradas deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de Habilitação Cadastral até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993.

7.1.1. As licitantes interessadas que não sejam cadastradas deverão apresentar os documentos abaixo especificados para emissão ou renovação do CRC (Certificado de Registro Cadastral), respeitando o exposto no item acima 7.1:

a) Cédula de Identidade dos sócios;

b) Contrato social e última alteração contratual ou equivalente, devidamente arquivados na junta comercial.

- c) Prova de regularidade para a Comarca das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, esta da sede da licitante.
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (Lei nº 12.440/2011).
- f) Prova de inscrição e regularidade da licitante junto ao CREA ou CAU de sua sede.
- g) Prova de inscrição e regularidade pessoa física (RT) junto ao CREA ou CAU de sua sede;
- h) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias.
- i) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

7.2 A apresentação dos documentos da Habilitação Cadastral não isenta a entrega do envelope pertencente aos demais Documentos de Habilitação na ocasião oportuna fixada neste edital.

7.2.1 As certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficarão condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta "online".

7.2.2 Procedida à consulta, serão impressas demonstrações de demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

7.3 **Atítulo de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no Envelope nº 1:**

7.3.1 **Habilitação jurídica:**

7.3.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.1.2 Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.1.3 Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o partido parte sucursal, filial ou agência;

7.3.15 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.16 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.17. Os atos constitutivos das empresas limitadas deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva considação.

7.3.18 Documentos pessoais dos sócios.

7.3.19 Cópia do CRC (Certificado de Registro Cadastral) de Fornecedor expedido pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG

7.4 Regularidades fiscal e trabalhista:

7.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07).

7.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.4.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

7.4.6 Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da considação das Leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.4.8 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.481 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.482 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.49 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

7.5 Qualificação econômico-financeira

7.51 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.52 O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis supra citados poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o venha substituir, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo assinado pelo contador da empresa.

7.53 As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.54 Serão considerados, "na forma da Lei", o Balanço Patrimonial (inclusivo de abertura) e as demonstrações contábeis apresentados da seguinte forma:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente; ou
- d) por cópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- e) na forma de escrituração contábil digital (ECD).

7.54.1. Será exigido o Balanço Patrimonial do último exercício social, ou seja, que tenha sido registrado até o último dia útil de Abril, e as empresas optantes pelo

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), até o último dia útil de maio, conforme IN-RFB nº 1.594/15.

7.5.5 O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão conter **assi natura do representante legal da empresa licitante e do seu contador** ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

7.5.6 Prova de possuir Patrimônio Líquido, cujo valor deve corresponder a 10% do valor estimado para a contratação, comprovado na data da apresentação da proposta, admitida a atualização na forma do subitem 7.5.1 acima.

7.5.7. Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

7.5.7.1 Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e o índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior que 1,5 (um vírgula cinco).

7.5.7.2 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

7.5.7.3 Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

7.5.8 Cópia da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou da Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta.

7.5.9 As Certidões que não expressarem o prazo de validade serão consideradas o de 90 (noventa) dias antes, contados da data da sua apresentação.

7.5.10 É permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que a parada em certidão e nitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8666/93. (TCU AC 8271/2011 2ª Cam, DOU de 04/10/2011).

7.6 Qualificação Técnica:

7.6.1 Para habilitação técnica, exigirá-se a comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados.

7.6.2 No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

7.6.3 A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo as licitantes comprovarem a disponibilidade de pessoal técnico especializado e a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional por meio da apresentação de:

7.6.3.1 Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado:

7.6.3.1.1 Dedicação formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:

a) 1 (um) profissional formado em engenharia Civil ou Arquiteto (a) e Urbanista com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

7.6.4 Quanto à capacitação técnico-profissional:

7.6.4.1 A capacitação técnica do(s) profissional(is) será (ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do(s) responsável(is) técnico(s). O(s) profissional(is) deverá (ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

a) ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO, ESP. 14CM, COM ACABAMENTO APARENTE, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO = **421,88 M²**.

b) EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015 = **290,74 M²**.

c) ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016 = **192,72 M**

d) CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50/60 = **1.200,00 kg**

7.642 A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra:

7.642.1 Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, para comprovação da execução dos serviços.

7.642.2 Deverá apresentar também a(s) Declaração(ões) do(s) Responsável(éis) Técnico(s) a ser(em) preenchida(s) pelas licitantes.

7.643 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto deste Edital, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização municipal.

7.644 Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio, o administrador ou diretor, o empregado e o prestador de serviços.¹

7.645 A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia do contrato social/estatuto social, da carteira de trabalho (CTPS), do contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço.

7.65 Quanto à capacitação técnico-operacional:

7.65.1 A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado, devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), em nome da licitante, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra:

a) ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO ESP. 14CM COM ACABAMENTO APARENTE, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO = **421,88 M³**.

b) EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015 = **290,74 M²**.

c) ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016 = **192,72 M**

¹ NOTA EXPLICATIVA: A definição de "quadro permanente da licitante" para fins de cumprimento do requisito de qualificação técnica, previsto no art. 30, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93, foi extraída da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Nesse sentido, Acórdão nº. 2.297/2005 – Plenária. Outro não é o entendimento do TCE-MG, conforme Acórdão 875.554/2012, da Relatoria do Conselheiro Cláudio do Terraço.

d) CORTE E DOBRA DE AÇO CA- 50/60 = **1 200,00 kg**

7.6.6 É possível que a licitante apresente atestados diversos para itens distintos.

7.6.7 Dedução, conforme modelo anexo a este Edital – ANEXO III modelo I, de que o licitante, por intermédio de representante legalmente designado e devidamente qualificado para esse fim, visitou os locais onde será realizada a obra, e de que recebeu todos os documentos, bem como de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, à luz do que preconiza a Lei 8.666/93, ou dedução de que não realizará a visita técnica – ANEXO III modelo II.

7.6.8 Alitante deverá apresentar as seguintes deduções: de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores; de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, o documento deverá ser devidamente assinado pelo responsável legal.

7.6.9 As deduções e anexos deverão conter o nome por extenso e assinatura do responsável legal e, quando for o caso, deverá conter assinatura conjunta do responsável técnico da licitante. A Comissão rejeitará os documentos que não forem assinados por responsáveis legalmente designados.

7.7. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

7.7.1 As empresas licitantes deverão apresentar as seguintes Declarações Complementares:

7.7.1.1 De atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do Anexo VI.

7.7.1.2 De superveniência de fato impeditivo de habilitação, nos moldes constantes do Anexo VIII.

7.7.1.3 De Elaboração Independente de Proposta de acordo com o Anexo VII.

7.7.2 As empresas deverão apresentar, ainda, Dedução de enquadramento como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006, **acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura dos envelopes, sob pena de não gozarem dos benefícios concedidos pela Lei 123/2006, alterados pela Lei Complementar 147/2014.**

7.7.3 A apresentação da dedução mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

7.7.4 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da dedução.

7.7.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.7.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.7.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

7.7.8 A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado em cópia, sempre que houver dúvida ou julgar necessário.

7.7.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e com número do CNPJ e como endereço respectivo, ou seja, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:

7.7.10 Aquel es documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.11 A(s) declaração(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) do licitante.

7.7.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste **Edital** e seus anexos.

7.7.13 Todos os documentos deverão ser datados de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da abertura dos envelopes de Habilitação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou quando o documento tenha prazo de validade indeterminado, exceto os atestados de capacidade técnica.

7.7.14 Não serão aceitos para efeitos de habilitação os documentos que não atenderem às exigências deste ato convocatório.

7.3.13 Sob pena de inabilitação, serão aceitos somente documentos redigidos em língua portuguesa, legíveis e sem rasuras.

7.3.14 Serão considerados inabilitados os licitantes que não atenderem ao disposto neste Edital, deixando de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na em desacordo com o edital.

8. DA VISTORIA:

8.1. É recomendada a vistoria do local onde será realizada a obra, por representante legal devidamente qualificado para esse fim o qual será acompanhado por servidor indicado pelo Município de Francisco Dumont.

8.2. A vistoria prévia constitui condição para auxílio na confirmação do quantitativo de materiais de consumo, equipamentos e utensílios, que serão utilizados durante a execução do contrato, bem como para avaliação das áreas, visto que não serão aceitas quaisquer alegações posteriores de desconhecimento do local para omissão de obrigações contratuais ou das exigências contidas neste documento.

8.3. A vistoria prévia representa direito do licitante e não sua obrigação, amparado pela razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006 TCU – Plenário, a saber:

"(...) as empresas que exercerem direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço, mas deve ficar à escah da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. O direito à opção é mais relevante no caso de empresas não localizadas em Brasília, para as quais os custos envolvidos em uma vistoria in loco podem ser significativos em relação ao total do serviço (...) Em todo caso, a empresa que decidir não realizar a vistoria e eventualmente subestimar sua proposta estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar".

8.4. A vistoria prévia deverá ser agendada previamente, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, através dos telefones (38) 99976-5381.

8.5. A vistoria prévia poderá ocorrer a partir do dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

8.6. Na opção da não realização da vistoria, a Empresa deverá, no ato de apresentação das propostas para o certame licitatório, apresentar uma declaração, que pode apresentar o formato do Anexo III, de que possui pleno conhecimento do(s) local(ais) onde será(ão) realizadas as obras, e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições do local, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

8.7. Caso a empresa opte por realizar a vistoria, deverá apresentar Declaração de Vistoria, no ato de apresentação das propostas para o certame licitatório, conforme Anexo III, preferencialmente em papel timbrado da mesma, e visada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura de Francisco Dumont, a qual ficará com uma cópia, que informe sobre o comparecimento e vistoria ao local onde será executado o serviço. Deve conter ainda informação de que tomou conhecimento de todos os detalhes que se farão necessários à apresentação de sua proposta.

9. DA PROPOSTA:

9.1 A proposta, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, alterações ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1 Razão social e CNPJ da empresa licitante;

9.1.2 Nome do representante legal da empresa;

9.1.3 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.4 Valores unitário e total de cada item e valor total da proposta, em moeda nacional, e em algarismo e por extenso.

9.1.5 Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

9.1.6 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

9.1.7 Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma.

9.1.8 CNPJ, telefone/fac-sílex, endereço e e-mail.

9.2 Deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

9.2.1 Declaração de que nos preços estão incluídos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;

9.2.2 Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

9.2.3 Declaração de que não se enquadra nas vedações dispostas no subitem 6.2.11 deste Edital.

9.3 A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

9.4 A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.5 Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

9.6 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela CPL.

9.7. As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:

a) discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços e margens e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

b) erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

d) erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;

e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

9.8. O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item 9.7. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

9.9. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

9.10. O resultado do julgamento das propostas será afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, com endereço na Praça da Matriz, nº 285, Centro, Francisco Dumont/ MG

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as dedicações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esdrecamentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.4 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.4.1 O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

10.4.2 A documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme de mais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.4.3 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.5 Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.6 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim após o regular decurso da fase recursal.

10.6.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes em ato e mantidos em sigilo até a posterior abertura.

10.6.2 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.7 As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

10.8 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, esciñadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.9 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.10 Será considerado inabilitado o licitante que:

10.10.1 Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.10.2 Induzir a proposta de preços no Envelope nº 01.

10.11 A irrtimação dos atos de habilitação ou inhabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a irrtimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

11.1 O critério de julgamento será o menor preço por lote, na forma de empreitada global.

11.2 Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.

11.3 A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desde que aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4 Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5 As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6 A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas partícipes, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.6.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente e em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 10 (dez) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de até 02 (dois) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.6.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.9.1. Produzidos no País;

11.9.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.9.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escludidas as causas de desclassificação.

11.12. Será desclassificada a proposta que:

11.12.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.12.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.12.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

11.12.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, indusivos financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

11.12.5. Não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, conforme modelo anexo a este edital.

11.12.6. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

11.12.6.1 Considera-se manifestamente inexecutável a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.12.6.2 Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de até 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.13. Também será desclassificada a proposta cujo preço orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.

11.13.1. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alterações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não serão considerados.

11.14. Será ainda, desclassificada a proposta vencedora nos quais se verificar que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital.

11.15. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.16. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a decisão final antes estabelecida, se for o caso.

11.17. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.18. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.19. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.20. O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados a Presidente da CPL, no Setor de Licitação instalado no endereço Rua Frey Henrique, 99B, Bairro Vila Nova, CEP. 39.387-000 em Francisco Dumont/ MG

12.5. O recurso será dirigido ao Setor de Licitações, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. Após a divulgação do resultado de julgamento das propostas e decorrido o prazo recursal previsto em lei, a presente licitação será adjudcada à empresa vencedora do certame, após homologação pela autoridade competente.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. O Contrato terá vigência de 08 (oito) meses, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o Parágrafo 1º do art. 57, da Lei 8.666, de 1993.

13.1.1. A empresa terá o prazo de 03 (três) meses contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço para conduzir a obra, conforme cronograma físico financeiro, anexo a este edital.

13.2. Após a homologação da licitação, e sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.

13.3. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a disponibilidade para a assinatura, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sempre após o uso das sanções previstas neste Edital.

13.4. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Francisco Dumont poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato e em igual prazo e nas mesmas condições apresentadas na proposta da licitante que deixou de assinar o contrato, ou revogar a concorrência, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

13.5. A licitante vencedora após assinatura do contrato prestará garantia ao Contrato e valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora.

13.5.1. A empresa vencedora somente poderá dar início de obra após apresentar a garantia do item anterior. A não apresentação da garantia será motivo de rescisão contratual e aplicada as penalidades legais.

13.6. Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro-Garantia;

c) Fiança Bancária;

13.7. A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

14.1. O recebimento dos serviços deve ser efetuado pelos demandantes e pela fiscalização que verificarão a conformidade do objeto, de mandado por meio de Ordem de Serviço, com as especificações constantes neste presente instrumento.

14.2. Quando cada serviço contratado for conduzido, caberá a Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de 5 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.3. A Contratante realizará análise minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes.

14.3.1. Após análise minuciosa, será lavrado Termo de Recebimento Provisório em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas;

14.3.2. A Contratada fica obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.4. O termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo fiscal do contrato, desde que tenha sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas.

14.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

14.4.2 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

15.1 Os critérios de fiscalização e acompanhamento do objeto estão previstos no Projeto Básico – ANEXO I.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, devendo ser exercido pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, os quais consistem-se:

a) Fiscal técnico do contrato: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato. O Município nomeia os Srs. Michel Gomes Carvalho de Moraes, Gabriel Virícius Martins e Alan Mota Feres como fiscais técnicos; e

b) Fiscal administrativo do contrato: servidor designado para gerir o contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato. O Município nomeia o Sr. Evaldo Dantas Leite, Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes como gestor do contrato.

16.2 Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE promoverá reunião inicial, nas dependências da Prefeitura de Francisco Dumont, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato e o fiscal técnico, o preposto da empresa que executarão os serviços contratados, para dar início à execução do serviço, com vistas às obrigações contratuais.

16.3 A CONTRATANTE deverá estabelecer ainda reuniões periódicas, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do corpo técnico do órgão contratante.

16.4 A CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

16.5 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o Município de Francisco Dumont e/ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora e em todos os locais. A atuação do Fiscal do Contrato não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades resultantes de

imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do Município de Francisco Dumont.

16.6. Ao fiscal do contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do edital, projeto básico, contrato e seus anexos e proposta da CONTRATADA. O Fiscal do Contrato deverá conferir os documentos entregues pela CONTRATADA e, por ocasião da entrega das notas fiscais ou faturas, atestar ou recusar a prestação dos serviços, quando executados satisfatória ou insatisfatoriamente, para fins de pagamento.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.1. O responsável técnico da empresa deverá realizar visitas periódicas ao local da obra a ser realizada para que tenha condições de avaliar toda complexidade e as exigências mínimas dos serviços.

17.2. Elaborar os trabalhos considerando sempre a qualidade dos serviços, os requisitos de segurança, funcionalidade, economia, facilidade na execução da obra, sua conservação, manutenção, durabilidade, segurança do trabalho e o mínimo impacto ambiental.

17.3. Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução do serviço. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto contratado, observando rigorosamente o estabelecido neste presente instrumento, nas cláusulas contratuais, na proposta de preços e na legislação vigente.

17.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, transporte, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, saldando-os no momento adequado, uma vez que seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com o Município.

17.5. Responsabilizar-se por todas assistências e providências cabíveis na ocorrência de acidentes de trabalho, quando forem vítimas ou causadores, durante toda a execução deste contrato, ainda que a ocorrência tenha ocorrido nas dependências do Município.

17.6. Exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação dos serviços, aplicação de multas e abertura de processo de apuração de descumprimento contratual.

17.7. Entregar a CONTRANTE uma via de cada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e emitidos juntamente com comprovante de quitação.

17.8. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e de mais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

17.9. Os trabalhos deverão ser realizados em obediência às etapas do "CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO". No decorrer da execução dos trabalhos, qualquer item que esteja

especificado neste documento ou qualquer situação identificada na análise das estruturas que gere dúvidas ou comprometa a boa execução do serviço deve ser notificado por escrito ao Município.

17.10. Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade de acatar as normas internas do Contratante.

17.11. Notificar a Fiscalização por escrito, de todas as ocorrências que possam vir embargar os serviços contratados.

17.12. Acatar as orientações dos Fiscais de Contrato e de seus substitutos legais, sujeitando-se a mais ampla fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

17.13. Prestar esclarecimentos ao Município, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

17.14. Responder, civil, administrativamente e penalmente, por quaisquer danos pessoais e materiais que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio deste Município e/ou a terceiros, por ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados, durante a execução dos serviços, adotando-se, no prazo máximo de 48 horas, as providências necessárias, procedendo em qualquer caso, à devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s) independentemente de outras condições contratuais ou legais a que estiver sujeita.

17.15. Orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venha a ter acesso, além de cumprir as disposições normativas internas do Órgão, como horário de funcionamento, horário de prestação de serviços, respeitando as determinações quanto a restrições de áreas, segurança institucional, privacidade e segurança.

17.16. Submeter-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

17.17. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.

17.18. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação quanto a regularidade fiscal exigida na licitação, devendo enviar as certidões negativas de débitos para o endereço eletrônico compras.gov.fd@gmail.com

j) Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar juntamente com a Nota Fiscal extrato do SIMPLES, bem como guia e comprovante de pagamento referente ao último período de apuração.

18. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL:

18.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

18.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.3. Inderizações e multas.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A empresa contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com o Município de Francisco Dumont.

19.2. O fiscal do contrato só atestará a execução dos serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas.

19.3. O pagamento será efetuado à empresa contratada conforme medições no prazo de até 15 dias, após a entrega da Nota Fiscal no Setor de Compras da Prefeitura de Francisco Dumont, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Executivo, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança.

19.4. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

19.5. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastramento da Prefeitura para verificação da situação da licitante vencedora e em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos documentos de pagamento.

19.6. O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua cedência em cobrança bancária.

19.7. A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emiti da sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

19.8. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela CPL, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

19.9. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

19.10. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento irá correr-se após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

19.11. Para efeito de pagamento da primeira medição será exigida a matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS).

19.12. Para todos os pagamentos serão exigidos:

- a) Relação de registro de trabalhadores inscritos no CEI da obra (extrádos do sistema próprio da empresa);
- b) Cópia da SEFIP completa do CEI;
- c) Cópia da GPS específica do CEI devidamente paga;
- d) Cópia de guia de FGTS paga, com relação de funcionários anexa;
- e) Relatório da f.d.h.a de pagamento referente à CEI (extrádos do sistema próprio da empresa);
- f) Diário de Obras até a apresentação da medição;
- g) Certidão negativa da Receita Federal (emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212/91;
- h) Certidão Negativa da Receita Estadual;
- i) Inscrição atulizada no CNPJ;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consdição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943." (Lei 12.440/2011).
- l) Certidão negativa de débitos municipais (da sede da empresa);

19.13. Todos os documentos exigidos no item 19.12 deverão estar anexados à nota fiscal e à medição.

19.14. Em todos os pagamentos deverá ser efetuado o desconto de 11% (onze por cento), relativo ao INSS, sendo que este valor deverá ser repassado a RFB por meio de GPS gerada

com código específico e CNPJ da Contratada a qual deverá ser paga no mesmo dia do pagamento da nota fiscal.

19.15. Em todos os pagamentos haverá ainda o desconto/retenção dos valores correspondentes ao ISSQN conforme percentual definido no Código Tributário do município de Francisco Dumont- MG

19.16. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

19.17. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

19.18. As medições deverão estar assinadas e carimbadas pelo engenheiro ou arquiteto urbanista responsável pela obra, engenheiro da Prefeitura Municipal, e será arquivada em pasta própria da obra juntamente com cópia da liquidação, da ordem de serviços e da ordem de pagamento devidamente quitada.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Pela inexecução total ou pela execução parcial do objeto do Contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

20.2. Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contrarrecibo, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração.

20.3. Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor da Ordem de Serviço, até a data do efetivo adimplimento, respeitando o limite de 10% sobre o valor do Contrato, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

20.4. A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

20.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE pela não execução parcial do Contrato.

20.6. Multa de 10% sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE pela não execução total do Contrato.

20.7. Multa de 5% sobre o valor da Ordem de Serviço, no caso de descumprimento de obrigações contratuais.

20.8. Decorridos 30 (trinta) dias corridos sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obra, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão.

20.9. A aplicação de multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicável cumulativamente.

20.10. Suspensão temporária, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;

20.11. Dedução de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante este Município, o qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.13. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATANTE vencedora o contraditório e a ampla defesa.

20.14. Notificado do processo para apuração de penalidade, a CONTRATADA poderá manifestar-se em até 05 (cinco) dias úteis. No caso de dedução de idoneidade o prazo para manifestação será de 10 dias corridos, de acordo com a Lei 8.666/1993.

20.15. As sanções administrativas passíveis de aplicação à CONTRATADA não se confundem com o item 6.05 e poderão ser aplicadas de forma concomitante.

21. DA IMPUGNAÇÃO:

21.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que vieriam neste Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

21.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço Da Secretaria Municipal de Compras, Suprimentos e Licitações, situado à Rua Frey Henrique, 99B, Bairro Vila Nova, CEP: 39.390-000 Francisco Dumont/MG, na sala do Setor de Licitações.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

22.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formação das propostas.

22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

22.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor será limitado ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.11. O atendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou de mais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e de mais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço da Secretaria Municipal de Compras, Suprimentos e Licitações, situado a Rua Frey Henrique, 99B, Bairro Vila Nova, CEP. 39.387-000 Francisco Dumont/MG e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico <https://franciscodumont.mg.gov.br/> ou através do endereço eletrônico franciscodumontlicitacao@gmail.com nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, em qualquer endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes não cadastrados, para efeito de cadastramento por esta Administração (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

23. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

24.1. ANEXO I – Projetos Engenharia

24.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço

24.3. ANEXO III – Modelo de Dedicação de Vistoria I e II

24.4. ANEXO IV – Minuta de contrato

24.5. ANEXO V – Valor Máximo Admissível

24.6. ANEXO VI – Modelo de Dedicação de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

24.7. ANEXO VII – Modelos de dedicação de elaboração independente de proposta

24.8. ANEXO VIII – Modelo de dedicação de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

Francisco Dumont/MG, 21 de março de 2022.

Josina Neves Fonseca
Presidente da CPL

Herbert Leonar do Fonseca
Vice Presidente da CPL

Inácio Lucas Rabelo da Silva
Secretaria da CPL

ANEXO I – PROJETOS, PLANILHAS, CRONOGRAMAS, BDI, ETC..

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 027/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020**

Objeto: A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em obra de engenharia para execução de serviços de Construção do Muro e Portal de Entrada do Terreno destinado ao funcionamento do novo Cemitério Municipal de Francisco Dumont, no valor total estimado de R\$ 231.204,48 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e quatro Reais e quarenta e oito centavos), conforme projeto básico, de acordo com normas técnicas da ABNT, que é parte integrante do Edital.

Prezados Senhores:

Nosso(s) preço(s) unitário(s) e global para o fornecimento de material e execução das obras acima mencionada é de R\$ (.....)) conforme tabela abaixo:

Item	Unid	Qtde	Descrição do Serviço	Mr. Unit.	Mr. Total
1					
2					
3					
4					

e serão executadas inteiramente de acordo com o Projeto Executivo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG

DECLARAÇÕES:

- Dedaramos que o preço unitário e global por nós ofertado será para executar a obra conforme todas as exigências do Projeto Executivo disponibilizado no Anexo I do Edital.
- Dedaramos que entregaremos a obra dentro do prazo de conforme estipulado em edital e que cumprimos todos os prazos.
- Dedaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao cronograma-físico financeiro, prazos, medições e pagamentos parciais.
- Dedaramos que o preço unitário e o preço global dos itens da proposta compreendem todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
- Dedaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Dedaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) utilizado é de _____% (.....) por cento.

7. Este documento deverá estar acompanhado da planilha de preços e preferencialmente do cronograma físico-financeiro.

8. Declaramos que não enquadrados nas vedações dispostas no subitem 6.2.11 do edital 027/2022.

À devada consideração de V. Sas.

Responsável pela Firma
Apostar no CNPJ.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação na Tomada de Preço nº 006/2022 que a empresa _____, inscrita no CNPJ/ME sob nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr. _____, que na presença de servidor designado pelo Município de Francisco Dumont, o profissional acima qualificado visitou as áreas onde serão executados os serviços objeto da Tomada de Preço nº 006/2022, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital de Licitação, no Projeto Básico e nas Especificações Técnicas, ferramentas, instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

Francisco Dumont, ____ de _____ de 2022.

Representante da Empresa

Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxx
Engenheiro do Município de Francisco Dumont

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO

Declaro que em ____/____/____, a empresa

CNPJ nº _____, sediada no endereço _____ optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital de Tomada de Preço nº 006/2022, e declaro estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital referente a Tomada de Preço nº 006/2022.

Francisco Dumont, ____ de _____ de 2022.

_____ Representante da Empresa

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 027/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**

CONTRATO Nº ____/2021 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA

Aos das do mês de de 2021, de um lado a **MUNICÍPIO DE FRANCISCO DUMONT**, com sede na Praça da Matriz, nº 285, Centro, inscrito no CNPJ nº 16.885.485/0001-88, inscrito de inscrição estadual e denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representada pela sua Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Rabelo Fonseca, brasileira, casada, portadora do CPF, Cédula de Identidade, residente e domiciliada nesta cidade, residente e domiciliado na Rua....., nº, Bairro....., Cidade....., no uso de suas atribuições, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ/ MF sob o nº _____, com sede na Rua/Av., nº, Bairro, Cidade de, neste ato representada por seu(ua) representante legal, Sr(a)....., cargo....., portador da carteira de identidade nº _____, e do CPF/ MF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Av., nº, Bairro, Cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado da **TOMADA DE PREÇOS nº 006/2022**, do Tipo Menor Preço por empreitada global, consoante e decidido no **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 027/2022**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada em obra de engenharia para execução de serviços de Construção do Muro e Portal de Entrada do Terreno destinado ao funcionamento do novo Cemitério Municipal de Francisco Dumont, no valor total estimado de R\$ 231.204,48 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e quatro Reais e quarenta e cinco centavos), conforme Projeto e manexo, que é parte integrante do Edital que deu origem a este contrato, com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, conforme especificações e condições constantes no processo **027/2022** a que este Contrato se vincula e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Contrato vincula-se ao EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 006/2022 e seus anexos, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de __/__/202x e à proposta comercial apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para execução do objeto do presente instrumento, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de **R\$......(.....)**, conforme tabela abaixo:

Item	Unid	Qt.de	Descrição do Serviço	Mr. Unit.	Mr. Total
1					
2					

3					
4					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de validade do contrato será de 08 (oito) meses, iniciando na data da assinatura deste contrato e encerrando em ____/____/____, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução da obra será de acordo com o cronograma físico financeiro, iniciando-se na data do recebimento da referida Ordem de Serviço e deverá ser concluída a obra no prazo de 03 (três) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CONTRATANTE

1. Condições para a CONTRATADA executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.
2. Exercer a fiscalização dos serviços por meio do fiscal técnico e gestor do contrato nomeados pela Administração.
 - 2.1. A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazer dos serviços.
3. Receber e conferir o objeto do contrato, consoante as disposições estabelecidas.
4. Efetuar os pagamentos na forma conveniada na CLÁUSULA NONA.
5. Permitir que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos locais de execução dos serviços.
6. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à CONTRATADA.
7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
8. Fornecer à CONTRATADA os respectivos arquivos eletrônicos para reprodução pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto em questão, sendo os custos de plotagem por conta da CONTRATADA.
9. A Administração designa os Srs. Michel Gomes Carvalho de Moraes, Gabriel Virídus Martins e Alan Mota Pires como fiscais técnicos e o Sr. Domingos Fonseca Rabelo como gestor do contrato para fiscalizarem a execução do contrato, que terão amplos poderes para

acompanhar, inspecionar, fiscalizar, notificar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA CONTRATADA

1. Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes nos anexos do presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no item 20 do Edital.
2. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.
3. Propor o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.
 - 3.1. A atuação das partes fiscalizadoras da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.
4. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memórias descritivas, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).
5. Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:
 - 5.1. Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.
 - 5.2. Conduzir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.
 - 5.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a condusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item 20 do edital.
6. Usando à administração da obra, manter 01 (um) **engenheiro civil ou arquiteto urbanista** residente e 01 (um) encarregado geral em período integral.
7. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.
8. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.
9. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
10. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

11. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
12. Executar lipeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.
13. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedecem às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura.
14. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
15. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços.
16. Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Condúdo o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.
17. Recuperar áreas ou bens não indúdos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.
18. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.
19. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
20. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação quanto a regularidade fiscal exigida na licitação, devendo enviar as certidões negativas de débitos para o endereço eletrônico franciscodumontlicitacao@gmail.com
- 20.1. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar juntamente com a Nota Fiscal extrato do SIMPLES, bem como guia e comprovante de pagamento referente ao último período de apuração.
21. A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

21.1. Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

22. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução das obras e serviços;

23. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Contratante, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93);

24. A Contratada é responsável, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados;

Obrigam-se ainda a:

25. A Contratada se obriga a fornecer e afixar no canteiro de obras 1 (uma) placa de identificação da obra, com as seguintes informações: nome da empresa (Contratada), RT pela obra com a respectiva ART, número do contrato e Contratante, conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971, número do Convênio;

26. Obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição;

27. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a saúde e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;

28. Promover treinamentos de segurança do trabalho e preencher as fichas de EPI's;

29. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

30. Realizar o inventário fotográfico da obra, constando o início, meio e fim de sua execução.

31. Realizar o diário de obras e apresentá-lo juntamente com cada planilha de medição.

32. Efetuar a inscrição da obra junto ao INSS (matrícula CEI), no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

33. Apresentar a anotação do responsável técnico ou Registro de Responsabilidade Técnica, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

34. Iniciar a execução da obra, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de serviços.

35. Apresentar garantia de execução do contrato no percentual correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, em uma das modalidades indicadas no artigo 56 da Lei 8.666/93, de acordo com o item 13.5 do edital que deu origem a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente contrato deverá ser executado pela CONTRATADA em conformidade com o item ganho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da Lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

A) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes e até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

B) DEFINITIVAMENTE, por servidor competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços a serem executados preveem obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

PARÁGRAFO QUINTO – A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes do Projeto Executivo, definido no Anexo I do Edital.

PARÁGRAFO SEXTO – Ao final dos serviços, o local deverá ser entregue limpo e livre de entulhos.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra por meio do setor de engenharia da Prefeitura, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

PARÁGRAFO OITAVO – A fiscalização da CONTRATANTE utilizará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irre recuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da CONTRATANTE, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras". Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja conduzido e entregue mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA facilitará o acesso da fiscalização da CONTRATANTE a todas as dependências da obra. Antes de iniciar qualquer serviço, a CONTRATADA pedirá anuência expressa da fiscalização da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO – À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.
- b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A presença da fiscalização da CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A Fiscalização da CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços e examinará os materiais recebidos na obra, antes de suas aplicações, decidindo sobre aceitação ou rejeição dos mesmos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As exigências da Fiscalização da CONTRATANTE fundamentar-se-ão neste CONTRATO, nas legislações e normas vigentes, no Projeto Executivo fornecido pela CONTRATANTE à CONTRATADA e nas regras de boa técnica.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Caberá ao Setor de engenharia o dever de:

- a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste CONTRATO.
- b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a esdha tomada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Cabe à CONTRATADA zelar pela proteção dos empregados e de terceiros, durante a execução das obras, seguindo as recomendações expressas na legislação pertinente e normas regulamentadoras quanto à engenharia de segurança e medicina do trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Em especial, os serviços objeto do presente CONTRATO deverão ser executados levando-se em conta o estipulado na NR-7 e NR-18, com vistas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletiva (EPC) necessários à sua segurança no trabalho, sem que seja imputado qualquer custo ao empregado ou à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro ou arquiteto urbanista, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Caberá à CONTRATADA providenciar o pessoal necessário à execução dos serviços, serventes e oficiais especializados, de competência comprovada, para obtenção de resultados na execução dos serviços.

PARÁGRAFO VI GÉSIMO – As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este CONTRATO se vincula, às quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS:

A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO – À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA ou CAU. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluídos nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por menor preço global.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR:

Ao presente contrato é dado o valor global de **R\$** _____
(_____), fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de 15 dias corridos, contados a partir da entrega da respectiva Nota Fiscal para o Setor de Compras do Município, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela CPL quando da fase de licitação de **TOMADA DE PREÇOS nº 006/2022** homologada em ___ de ___ de 2021, contados da data de emissão das medições e dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo pela comissão fiscalizadora e do competente atesto nos documentos de cobrança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua cobrança em cobrança bancária.

PARÁGRAFO QUARTO – A empresa CONTRATADA deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARÁGRAFO QUINTO – A comissão fiscalizadora da CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento irá correr-se após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à CONTRATANTE, multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela CPL, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

PARÁGRAFO NONO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2022, no valor de R\$ _____ (_____), correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através do seguinte elemento:

Nº Ficha	Atividade	Descrição	Natureza	Vínculo
554	8.1.1.15.451.49.3051.4 4905100	INVESTIMENTOS, CONSTRUÇÕES E MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA URBANA	Obras e Instalações	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
556	8.1.1.15.451.49.3051.4 4905100	INVESTIMENTOS, CONSTRUÇÕES E MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA URBANA	Obras e Instalações	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
564	8.1.1.15.451.49.3130.4 4905100	URBANIZAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E PONTES DO MUNICÍPIO	Obras e Instalações	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
565	8.1.1.15.451.49.3130.4 4905100	URBANIZAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E PONTES DO MUNICÍPIO	Obras e Instalações	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual e serão formalizadas por si mples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA:

A CONTRATADA prestará garantia ao contrato em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do seu valor global, que lhe será devvida mediante sdiitação por escrito, após a completa execução do contrato e entrega do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia deverá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- Seguro-Garantia.
- Fiança Bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - **A CONTRATADA obriga-se a providenciar no prazo máxi mo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação do presente CONTRATO, a garantia referente ao Parágrafo Primeiro desta cláusula**

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido nesta Cláusula caracteriza infração, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no presente instrumento, a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I – Advertência, por escrito.

II – Multa.

III – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será aplicado multa de **0,03 %** (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do *décimo* dia de atraso até o *trigésimo* dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela cortiuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será aplicada multa de **20 %** (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50 % (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recebimento da multa, o débito será acrescido de 1 % (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/considação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO – Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a CONTRATANTE, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela CONTRATADA não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 8.666/93.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:

A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO:

A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente devidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS EXIGÊNCIAS PARA O PAGAMENTO:

1. Para efeito de pagamento da primeira medição será exigida a matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS).

2. Para todos os pagamentos serão exigidos:

- a) Relação de registro de trabalhadores inscritos no CEI da obra (extraídos do sistema próprio da empresa);
 - b) Cópia da SEFIP completa do CEI;
 - c) Cópia da GPS específica do CEI devidamente paga;
 - d) Cópia de guia de FGTS paga, com relação de funcionários anexa;
 - e) Relatório da folha de pagamento referente à CEI (extraídos do sistema próprio da empresa);
 - f) Diário de Obras até a apresentação da medição;
 - g) Certidão negativa da Receita Federal (emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212/91;
 - h) Certidão Negativa da Receita Estadual;
 - i) Inscrição atualizada no CNPJ;
 - j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (Lei 12.440/2011).
 - l) Certidão negativa de débitos municipais (da sede da empresa);
3. Todos os documentos exigidos nos itens 11.9 e 11.10 deverão estar anexados à nota fiscal e à medição.

4. Em todos os pagamentos deverá ser efetuado o desconto de 11% (onze por cento), relativo ao INSS, gerando GPS com código específico e CNPJ da Contratada a qual deverá ser paga no mesmo dia do pagamento da nota fiscal.

5. Em todos os pagamentos haverá ainda o desconto/retenção dos valores correspondentes ao ISSQN conforme percentual definido no Código Tributário do município de Francisco Dumont - MG.

6. As medições deverão estar assinadas e carimbadas pelo engenheiro ou arquiteto urbanista responsável pela obra, engenheiro da Prefeitura Municipal, e será arquivada em pasta própria da obra juntamente com cópia da liquidação, da ordem de serviços e da ordem de pagamento devidamente quitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS:

Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado, o **Edital da Tomada de Preço 006/2022** e o projeto básico que é parte integrante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANÁLISE:

A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município, conforme determinada pela legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de validade da mesma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da cidade de Bocaina/ MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, firmamos o presente instrumento em *duas* vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Francisco Dumont/ MG, ____/____/2022.

NOME COMPLETO DO PREFEITO
P/ CONTRATANTE

EMPRESA XXXXXXXX
P/ CONTRATADA

TESTE MUNHAS:

No me:	No me:
CPF:	CPF:
R. G	R. G

ANEXO V – VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL

Os valores máximos admissíveis são aqueles constantes na planilha orçamentária constante do projeto básico.

Será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados neste Termo ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento), conforme item 11.12.6.1 do edital, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado, de acordo com o item 11.12.6.2 do edital.

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO XXXIII DO ART. 7º CF

Prefeitura Municipal de Francisco Dumont
Processo 027/2022
Tomada de Preço 006/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declaro, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (Conforme Lei nº 9.854/99).

Data - UF, _____ de _____ de 202X.

(Nome e número da identidade do declarante)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Francisco Dumont

Referência: Processo 027/2022

Tomada de Preço 006/2022

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, dedara, sob as (Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital da **Tomada de Preço n. 006/2022**, dedara, sob as penas da Lei, e em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar da Tomada de Preço n. 006/2022 foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preço 006/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preço n. 006/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preço n. 006/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido processo quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do processo em apresso não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da referida licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Francisco Dumont antes da abertura oficial das propostas; e

(f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Localidade - UF, _____ de _____ de 202X.

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Prefeitura Municipal de Francisco Dumont

Referência: Processo 027/2022

Tomada de Preço 006/2022

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada
(endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, diante da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(a): _____

Nome e Número de Identidade do declarante